

Entre Moral e Immoral: Un Estudio Empírico sobre la Cruzada Jurisdiccional en Brasil contra la Trata de Mujeres para Explotación Sexual

Between Moral and Immoral: An Empirical Study on the Jurisdictional Crusade in Brazil Against the Women's Sex Trafficking

Luiz Henrique Garbellini Filho
Paulo César Corrêa Borges

Universidade Estadual Paulista, Brasil

En el Código Penal brasileño, hay una omisión sobre la relevancia del consentimiento para caracterizar o descaracterizar el crimen de trata de personas para explotación sexual. Por eso, el Poder Judicial ha interpretado y determinado el entendimiento sobre el consentimiento. El objetivo principal desta investigación es estudiar críticamente los entendimientos jurisdiccionales en casos que supuestamente hubo consentimiento de la mujer. Así, con el apoyo epistemológico de la Antropología, de la Criminología Feminista y del Análisis del Discurso, se analizaron cualitativamente el contenido de cinco sentencias del Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). El método elegido fue el dialéctico, en función de las separaciones entre teoría y práctica en la garantía de los derechos humanos de las mujeres traficadas. El estudio ha planteado que la respuesta jurisdiccional más refuerza los roles de géneros que rompe con las agencias de control sexual sobre la mujer, pues, bajo un discurso de protección a las mujeres y de rechazo criminal a la trata sexual, se halla la infantilización y la limitación libertad de las mujeres.

Descriptores: Criminología; Derecho penal; Rol sexual; Prostitución; Esclavitud.

In the Brazilian Penal Code, there is an omission on the relevance of consent to characterize or de-characterize the crime of trafficking in persons for sexual exploitation. Because of this legislative gap, the Judiciary has established his understanding on this consent. The main objective is to study critically the jurisdictional response to the cases where, supposedly, the woman has consented her trafficking. Thus, with the support of Anthropology, Feminist Criminology and Discourse Analysis, the content of five judgments of the Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) was qualitatively analyzed. The method used was the dialectic, because of the separations between theory and practice on guaranteeing the trafficked woman rights. The study has revealed that the jurisdictional response further strengthens the gender patterns than break with the agencies of sexual control over women, because, under a discourse protecting women and of criminal repudiation of sex trafficking, there are an infantilization and a limitation of freedom of women.

Keywords: Criminology; Criminal law; Gender role; Prostitution; Slavery.

Introducción

Não obstante o advento da Lei 13.344/2016 ter buscado adequar o combate penal ao tráfico sexual ao Protocolo de Palermo, ainda persiste omissão legislativa, no artigo 149-A do Código Penal, quanto ao instituto do consentimento da pessoa traficada. Por conseguinte, o Sistema de Justiça Criminal vem pavimentando essa lacuna legal, pois, nos crimes contra liberdade sexual, o consentimento pode ser considerado a base da tipicidade dessa classe de delitos. Considerando-se que a maioria das pessoas traficadas sexualmente no Brasil correspondem às mulheres (Leal y Leal, 2002, p. 59), há complexos debates que podem ser mobilizados sobre a crítica à ação desse sistema quando da resolução do mérito de uma ação penal pelo Judiciário.

Fundamentación teórica

Utilizou-se uma abordagem transdisciplinar para a análise da resposta jurisdicional. Instrumentalizam-se os campos epistemológico da Antropologia (Adriana Psicitelli e Dolores Juliano), Criminologia Feminista (Carol Smart e Gerlinda Smaus) e da Análise do Discurso (Michel Pêcheux e Ruth Amossy). A Antropologia apresenta a diferença entre a prostituição voluntária e a prostituição forçada, por meio do consentimento válido. A Criminologia Feminista possibilita o entendimento de que o Sistema Penal é um mecanismo que ativa o controle da sexualidade da mulher e que regula o mercado de trabalho informal. A Análise do Discurso permite compreender que os textos produzidos pelos magistrados devem ser estudados no campo de ideologias e dos preceitos culturais que envolvem o foro íntimo e pessoal do julgador.

Objetivos

General: Tem-se como objetivo principal analisar criticamente o material discursivo e jurídico que caracteriza as inclinações opinativas dos desembargadores nos acórdãos formadores do banco de dados. Específico: Estudar se o consentimento tem sido compreendido no campo da emancipação de gênero.

Método

Em primeiro momento, recorreu-se à confecção do banco de análise de acórdãos, com análise qualitativa do corpus. Essas fontes primárias de informação no estudo empírico tiveram como recorte institucional o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Por ora, esse TRF é um dos únicos no Brasil que já decidiu sobre essa matéria após o advento da Lei 13.344/2016. Ainda, esse órgão colegiado é uma estrutura na qual se insere um dos clímaxes da ação legal e se consolida entendimentos, o que possibilitou a visão judicial geral sobre a aplicação da nova lei e sobre os eventuais remodelamentos opinativos advindos. Pelo endereço eletrônico do Portal de Jurisprudência Unificada do Conselho da Justiça Federal, coletaram-se cinco acórdãos através de pesquisa exploratória com palavras-chaves, contando com sinônimos: “tráfico de pessoas para exploração sexual” E “consentimento”, ou “tráfico de pessoas” E “exploração sexual” E “consentimento”. Com a finalidade de estudar a aplicação da norma incriminadora presentes nas últimas leis que trataram do tráfico sexual, foi estabelecido um recorte temporal para seleção dos acórdãos, contemplando os anos de 2012-2019. A análise do material de dados foi qualitativa, pois buscou-se entender o cenário em que os acórdãos foram confeccionados, os atores e os seus discursos que compõem as relações jurídicas, o conteúdo qualitativo das informações e narrativas expressadas. Em segundo momento, recorreu-se ao suporte teórico já mencionado. A instrumentalização da dialética como princípio metodológico tratou de superar as oposições e integrar visões conflitantes para se atingir uma síntese (Costa e Coelho, 2017, p. 26). Consequentemente, esse método permeou a construção do vínculo dialético presente entre as premissas de gênero corroboradas pelo ordenamento constitucional pós-1988 que orientam o fenômeno jurídico brasileiro e as normas e entendimentos de “gênero” que engendram as práticas e os discursos dos operadores do Sistema de Justiça Criminal. Assim, o método escolhido permitiu compreender as contradições presentes na temática do consentimento da mulher traficada para prostituição.

Resultados

Em princípio, não obstante a inclusão no ordenamento jurídico nacional de normas constitucionais de isonomia de gênero, além de normas internacionais e legislações específicas

de combate ao tráfico sexual, coibir as assimetrias e opressões históricas ainda se mostrou como ação obstaculizada. A resposta jurisdicional dominante vem apontando algumas perspectivas estereotipadas em torno do tráfico sexual, com repercussões na (ir)relevância do consentimento válido da mulher traficada. Sobretudo, o tráfico sexual foi reconhecido como inegável prática de submissão da mulher pelos julgadores, cuja figura se apresentou frequentemente como infantilizada na narrativa dos acórdãos, pelo emprego, por exemplo, de termos como “garotas” e “meninas”, mesmo sendo maiores de idade. Esse papel de submissão das mulheres foi recorrente também frente à vinculação entre prostituição e vulnerabilidade social como fenômenos inerentes, indicando incapacidade da mulher em anuir validamente com seu tráfico sexual. Ainda, sob uma visão pejorativa a respeito dessa forma de tráfico humano, foi marcante a análise superficial da condição social, econômica, intelectual e política das supostas vítimas para configuração da situação de vulnerabilidade e da irrelevância do consentimento. Assim, a mulher traficada foi tratada de forma presumida na narrativa processual, sem elementos notórios que corroborassem o panorama de fragilidade social. O fenômeno jurídico-penal, ao generalizar concepções sociais a respeito do tráfico sexual, ativa o aparato repressivo-controlador machista da jurisdição criminal. Isso porque a aplicabilidade da norma repressiva a essa modalidade de tráfico se mostrou comumente condicionada à criação de uma vulnerabilidade absoluta às mulheres, utilizadas de forma pragmática e utilitária no processo penal. Como consequência, verificou-se que em três acórdãos, o consentimento foi compreendido como irrelevante para a análise do mérito, pois não dissolveria a tipicidade do crime.

Conclusiones

Destarte, nas decisões coletadas, não houve resposta jurisdicional do consentimento como causa suprallegal de exclusão da ilicitude, o que poderia ter sido instrumentalizado em vários acórdãos nos quais restou evidente que não houve efetivo vício do consentimento das mulheres traficadas. Sob o discurso de tutela estatal dos direitos das mulheres traficadas, esteve subjacente um processo de controle estatal do corpo da mulher e limitação da capacidade de sua capacidade em participar de seu tráfico sexual como agente livre e emancipado.

Referencias

- Amossy, R. (2006). *L'argumentation dans le discours*. París: Armand Colin.
- Costa, A. y Coelho, I. (2017). *Teoria dialética do direito: A filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho*. Brasília: Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.
- Juliano, D. (2005). El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. *Cadernos Pagu*, 25, 79-106.
- Leal, M. L. y Leal, M. F. (2002). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial*. Brasília: CECRIA.
- Piscitelli, A. (2006). Sujeição ou subversão: Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *História e Perspectivas*, 1(35), 13-55.
- Pêcheux, M. y Orlandi Puccinelli, E. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Smart, C. (1976). *Woman, crime and criminology: A feminist critique*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Smaus, G. (1998). *Das strafrecht und die gesellschaftliche differenzierung*. Baden-Baden: Nomos.